



TRABALHO PRECÁRIO

problema de todos

Trabalho precário — problema de todos

© 2008, Federação Internacional
dos Trabalhadores nas Indústrias
Metalúrgicas

**A Federação Internacional dos
Trabalhadores nas Indústrias
Metalúrgicas (FITIM)** representa
os interesses coletivos de 25
milhões de metalúrgicos em 200
sindicatos e 100 países.

FITIM
54-bis, route des Acacias
Case Postale 1516
CH-1227 Genebra, Suíça
Email: info@imfmetal.org
www.imfmetal.org

Colaboradores: Brendan Martin,
Jenny Holdcroft, Johann Horn,
Kapita Tuwizana, Kristyne Peter,
Maria Kurzina, Rory O'Neill,
e Valeska Solis

Editora: Anita Gardner
agardner@imfmetal.org

Design: Mary Schridder
mary@hazards.org

Impressão: Drukkerij Lannoo
www.lannooprint.com

Tradução: Leandro Moura
leandromoura@hotmail.com

Disponível também em inglês,
francês, alemão, italiano, japonês,
russo, espanhol e sueco.

Produzido em colaboração com:



decent work
decent life



PAGANDO O PREÇO

Sem direito a um emprego estável e sem direitos trabalhistas. **4/5**

ERRADAS NO QUESITO DIREITOS

Com a ajuda de governos, empresas empurram riscos para os trabalhadores. **6/7**

SINDICALIZEM-SE

Juntos, os trabalhadores podem melhorar as condições de todos. **8/9**

SOLUÇÃO PERMANENTE

Todos trabalhando sob acordos coletivos. **10/11**

REEQUILIBRANDO AS COISAS

Campanhas políticas por proteção no trabalho. **12/13**

UNIDADE GLOBAL

A luta por direitos trabalhistas, justiça social e emprego. **14/15**



FOTO: FITIM

Trabalho precário.

Quem precisa?

A globalização não diz respeito apenas a como as coisas são feitas, vendidas e compradas.

Diz respeito também às pessoas. As empresas transnacionais querem mão-de-obra barata e flexível. Então elas passaram do emprego estável para o emprego instável — tornando todos os postos de trabalho mais “precários”. É por isso que hoje em dia há mais postos de trabalho temporários, informais, de tempo parcial e terceirizados.

Pessoas podem trabalhar lado a lado e ter as mesmíssimas funções, mas diferentes níveis de proteção, salários e condições de trabalho. Algumas ganham um dólar por dia e trabalham em condições desesperadoras. Outras não têm qualquer forma de trabalho.

O trabalho precário é ruim para todos os trabalhadores. Ele cria uma “liquidação” no preço da mão-de-obra que faz baixar os salários de todos. Ele aumenta o abismo entre pobres e ricos. E aumenta as práticas injustas que já militam contra as mulheres, os jovens e os migrantes — todos com maiores chances de serem empregados precariamente.

E é problema de todos, já que o emprego estável de hoje pode ser o contrato temporário de amanhã.

Mas não precisa ser assim. Sindicatos lutam por bons empregos. Pelo mundo afora, sindicatos estão se mobilizando, organizando e negociando empregos melhores e mais estáveis. Isso implica desafiar as brechas legais e políticas que permitem que o trabalho precário cresça. Significa mobilizar em âmbito global e usar a ação sindical contra o trabalho precário.

O TRABALHO PRECÁRIO NÃO COMPENSA

Os trabalhadores precários enfrentam:

- Instabilidade no emprego e um futuro incerto
- Salários baixos
- Falta de acesso ou acesso limitado a benefícios sociais, como saúde pública e sistemas previdenciários
- Aumento dos riscos de saúde e segurança no trabalho
- A falta de direitos no local de trabalho, tais como o direito de se sindicalizar e negociar coletivamente
- A constante ameaça do desemprego ou sub-emprego



FOTO: LINTER 15

Pagando o Preço

Para bilhões de trabalhadores ao redor do mundo, ter um emprego estável e seguro nunca foi uma opção. Ao contrário: eles desfrutam de poucos direitos e pouco respeito.

O trabalho precário é uma epidemia de más práticas empregatícias, na qual as empresas transferem o risco do negócio para os ombros dos trabalhadores. Muitos trabalhadores não têm opção, a não ser aceitar contratos de curta duração. Outros são obrigados a se tornar falsos autônomos — tratados como trabalhadores independentes, mas na realidade dependentes de um empregador. Alguns são trabalhadores avulsos ou diaristas, a cada dia torcendo para conseguir trabalho.

O trabalho precário é isso: **nenhum direito a um emprego estável e nenhum direito quando no trabalho.**

Para aqueles obrigados a meramente subsistir, o trabalho precário pode fornecer alguma renda, particularmente para mulheres que não teriam outra forma de fugir da pobreza. A situação econômica do país, da comunidade e da família lhes oferece pouca ou nenhuma escolha.

A globalização dos investimentos e do comércio trouxe empregos para países que precisam muito deles. Mas ao invés de distribuir melhor pelo mundo o emprego formal, o impacto tem sido o enfraquecimento do trabalho permanente em tempo integral, onde ele existe.

O trabalho precário é problema em todos os continentes, deteriorando os salários e condições de trabalho e ameaçando dividir o povo trabalhador. Era considerado normal que, em troca de seus lucros, as empresas ofereciam a seus funcionários um pouco de segurança, permitindo o crescimento da economia local. Agora elas estão passando o risco para os trabalhadores sem compartilhar os benefícios.

Não se pode atingir um desenvolvimento econômico e social estável com mudanças constantes dos locais de produção, sempre em busca da mão-de-obra mais barata possível.

É por isso que:

- A expansão maciça do trabalho precário precisa ser impedida
- Onde o trabalho precário existe, os salários e condições devem ser iguais aos dos trabalhadores regulares
- Trabalhadores devem ser contratados diretamente e o emprego indireto deve ser desencorajado
- O emprego não-permanente deve se limitar a casos de necessidade legítima

Trabalho precário — problema de todos





Apenas 5% dos trabalhadores nesta fábrica de eletrônicos na Coreia do Sul são funcionários permanentes.
Foto: Sindicato dos Metalúrgicos da Coreia - KMWU

QUEM SOFRE ESSE RISCO?

Nove em cada dez sindicatos filiados à FITIM dizem que **o trabalho precário aumentou** entre 2001 e 2006.

Trabalhadores jovens, mulheres e aqueles com pouca ou nenhuma capacitação são os mais afetados, com migrantes e mais velhos logo atrás.

Dois em cada três dizem que **o trabalho precário está se tornando mais precário** — ao invés de contratar trabalhadores temporários diretamente, as empresas estão usando agências ou corretores.

Quase a metade dos sindicatos filiados à FITIM dizem que **entre 20% e 50% dos empregos** em seu setor hoje estão precarizados.

Os setores elétrico e eletrônico são os mais atingidos, seguidos por automotivo, siderúrgico, não-ferrosos e engenharia mecânica.

O uso de **terceirizados em vez de trabalhadores permanentes** é a forma mais comum de trabalho precário que afeta os sindicatos filiados à FITIM.

Fonte: Pesquisa FITIM sobre Mudanças nas Práticas Empregatícias e Trabalho Precário, 2006.
www.imfmetal.org/precarioussurvey

Trabalho precário em Angola

Mateus Gerônimo Francisco, metalúrgico, é um trabalhador precário numa fábrica de canos angolana. Ele assinou um contrato de 3 meses que venceu em setembro de 2007. Embora continue trabalhando na empresa, seu contrato nunca foi renovado.

Mateus é apenas uma das 50 pessoas empregadas informalmente na fábrica, que tem 295 trabalhadores no total. Ele ganha menos que a maior parte dos funcionários permanentes, recebendo o equivalente a 230 dólares por mês, dos quais 55 vão para pagar o aluguel. “Meu salário é baixo. Vivo com minha mulher e, embora ela trabalhe também, não é o suficiente,” diz Mateus. “Eu continuo trabalhando na empresa porque é a única maneira de cuidar da minha família.”

“Eu aceito trabalhar sob essas condições porque não consigo achar outro emprego. Quando eu conseguir, especialmente se for um emprego formal, eu deixo esse.”

Ele tem pouca chance de encontrar um emprego formal. Após a desregulamentação do mercado de trabalho, o trabalho precário se tornou um problema cada vez maior em Angola, onde 70% dos homens, mulheres e jovens convivem com empregos precários e mal-remunerados que não são nem reconhecidos, nem protegidos pela lei.

“Deveriam ser criados mais postos de trabalho permanentes no meu país,” diz Mateus. “O movimento sindical angolano deveria pressionar o governo para obter investimentos que gerem empregos decentes.”

Para mais informações, visite:
www.imfmetal.org/pw1

Erradas no Quesito Direitos

O trabalho precário está aumentando por todo o mundo. Ainda que o impacto seja diferente dependendo das condições sociais e econômicas do país, a meta dos empregadores permanece a mesma: mão-de-obra barata e flexível que possa ser recrutada e dispensada à vontade.

Na realidade, muitas empresas com marcas fortes existem apenas para ganhar dinheiro e não para fabricar produtos. Estas empresas, que no passado geravam empregos bons e estáveis, empregam cada vez menos gente. Ao invés disto, uma legião invisível de terceirizados fabricam os produtos “delas”. O grosso dos produtos eletrônicos é fabricado por empresas fornecedoras de muitas grandes marcas. O fato de empregarem principalmente trabalhadoras jovens sob condições precárias permite que essas empresas ofereçam uma economia de até 75% em mão-de-obra para as marcas clientes.

As empresas querem poder se adaptar rapidamente a mudanças nas condições de mercado. Então, quando uma empresa encontra uma prestadora de serviços mais barata, ou quando descontinua uma linha de produtos fornecidos por aquela fábrica, fica fácil se livrar dos trabalhadores “excessivos”.

Tudo, de carros a computadores, é composto por peças produzidas por diversas empresas. A concorrência derruba os custos sem piedade. Para empresas transnacionais, a mão-de-obra é apenas mais um componente.

Mas mesmo as empresas globais mais poderosas não teriam conseguido fazer isso sem ajuda. E esta veio de governos e instituições internacionais.

Em nome da “flexibilidade”, um governo após o outro tem abolido ou diluído as leis que protegem os trabalhadores. Isto induz outros a fazer o mesmo para evitar o risco de se tornar “não-competitivos” e “perder” investimentos.

Mesmo quando o equilíbrio de forças políticas ou sindicais tem evitado que governos enfraqueçam a legislação trabalhista, freqüentemente estes não fazem valer as proteções empregatícias, seja no país inteiro, seja nas “zonas francas” ou “zonas de processamento de exportação”, para onde os governos atraem investimentos garantindo baixos salários, alta flexibilidade e a ausência de sindicatos.

E caso os governos não o façam de vontade própria, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial impõem proteções sociais e trabalhistas mais fracas, condicionando seus empréstimos à maior flexibilidade do mercado de trabalho.

Some-se a Organização Mundial do Comércio, cujos países-membros mais poderosos se recusam a aceitar que padrões trabalhistas são formas legítimas de proteção, e temos uma economia mundial baseada em menos bem-estar social, menos direitos no trabalho e absolutamente nenhuma segurança.

O trabalho por agências na Rússia

Anton é condutor de tratores numa fábrica da Ford em São Petersburgo. Embora ele tenha um contrato permanente, este é com a agência Akbest. “Muitos terceirizados trabalham na planta e a concorrência entre as empresas é forte,” explica Anton. “A não ser pelo fato de que a empresa para a qual eu trabalho pode ser mandada embora pela Ford, o meu emprego é estável. Aqueles com contratos temporários estão vulneráveis, é claro.”

Apesar da relativa estabilidade no emprego, o contrato de Anton faz com que ele receba menos que os funcionários da Ford que desempenham a mesma função. Ele não desfruta dos benefícios sociais constantes do acordo coletivo da Ford e não pode se sindicalizar sem perder o emprego.

“Eu ganho 20.000 rublos (cerca de R\$1.350,00), enquanto um funcionário da Ford ganha 50% a mais que isso. O pior é que a Ford está pagando 30.000 rublos à Akbest pelo meu trabalho, mas quanto disso eu acabo vendo?”

Ao usar terceiras, a Ford está transferindo suas responsabilidades para ombros alheios e também limitando o acesso dos trabalhadores ao sindicato na planta. “Muitos de nós entraríamos para o sindicato. Mas se fizéssemos isso hoje, seríamos demitidos na hora,” diz Anton.

Para mais informações, visite:
www.imfmatal.org/pw2

Escritório da Akbest, São Petersburgo



Trabalhadores macedônios se manifestam no 1º de maio de 2008. Foto: Sindicato da Indústria, Energia e Mineração da Macedônia

AS REGRAS DO NEGÓCIO

A crescimento do emprego precário tem sido assistido pelo declínio da regulamentação do mercado de trabalho, patrocinado por instituições como o Banco Mundial.

Todos os anos, o Banco Mundial produz um relatório chamado Doing Business (“Fazendo Negócios”), que contém um ranking de países de acordo com o quão fácil é abrir uma empresa — e depois fechá-la e demitir os funcionários.

Em 2007, a Ex-República Iugoslava da Macedônia chegou em quarto lugar e ganhou uma menção honrosa por ter estendido para quatro anos o período durante o qual o trabalhador pode ficar sob contratos temporários sem passar a ter proteção empregatícia.

Os sindicatos macedônios se opuseram às mudanças na legislação, argumentando que não foram levados em consideração os efeitos negativos de longo prazo sobre os trabalhadores e a sociedade em geral.

Embora voltada ao aumento do nível de emprego, a nova lei fez muitos trabalhadores macedônios passarem a estar entre os mais precariamente empregados da Europa.

E a promessa dos benefícios da liberalização não se realizou, já que o nível de investimento estrangeiro na Macedônia permanece entre os mais baixos da região.



Sindicalizem-se

A melhor maneira para trabalhadores regulares e precários melhorarem as condições de todos é se unindo e lutando juntos contra o trabalho precário. Entretanto, a sindicalização de trabalhadores precariamente empregados traz consigo desafios para sindicatos já estabelecidos.

Alguns sindicatos talvez precisem mudar suas regras para que possam sindicalizar trabalhadores temporários ou de agências. Outros podem precisar de estratégias para superar resistências da parte de seus sócios empregados com registro. Também existe uma necessidade urgente de ação por parte dos sindicatos para reduzir o duplo fardo sobre as mulheres representado pelo trabalho remunerado e doméstico que as empurra para o trabalho precário.

Pode ser difícil para trabalhadores registrados encontrarem uma comunidade de interesses com pessoas que podem ser vistas como ameaças aos seus salários e condições, mas o problema real são os patrões que dividem os trabalhadores.

Os sindicatos devem se dispor a sindicalizar e negociar por ramo, abrangendo várias empresas. Quando os trabalhadores de uma mesma linha de produção são empregados por dezenas de empresas diferentes, e a cadeia de fornecimento envolve mais algumas centenas, sindicatos com base numa única empresa não conseguirão unir os trabalhadores

em torno de ações coletivas do jeito que sindicatos industriais conseguem.

Em 2006, o Sindicato dos Metalúrgicos da Coreia deixou de ser uma federação de sindicatos de empresa e passou a ser um sindicato de ramo industrial para poder representar todos os trabalhadores de uma planta.

Sindicatos nacionais fortes e vínculos internacionais entre eles são essenciais para desafiar o sistema por meio da mobilização global.

O objetivo é garantir proteções sindicais e negociações coletivas para todos os trabalhadores — para atingi-lo, muitos sindicatos terão de promover mudanças culturais e de organização significativas.

Isso poderá significar a formação de alianças com organizações que talvez nem sejam sindicatos mas que estejam lutando pelos direitos dos trabalhadores precários.

Alguns filiados da FITIM já estão mostrando o caminho:

- Na Indonésia, a Federação de Sindicatos de Metalúrgicos filiou 15.000 trabalhadores terceirizados e almeja dobrar esse número até 2009.
- No Chile, após muitos anos organizando mineiros, em 2007 a Confederação dos Trabalhadores do Cobre mobilizou-os para uma greve que reforçou a lei que regulamenta a terceirização.



Metalúrgicos coreanos protestam contra projeto de lei sobre trabalhadores irregulares; fevereiro de 2006. Em 2006, o Sindicato dos Metalúrgicos da Coreia fez uma reclamação à Organização Internacional do Trabalho (caso nº 2602) contra o governo coreano por negligência na proteção dos direitos dos trabalhadores 'irregulares' de entrar para um sindicato, negociar coletivamente e realizar ações coletivas. Num relatório interino de junho de 2008, a OIT convocou o governo coreano a investigar e remediar alegados atos anti-sindicais contra trabalhadores falsamente terceirizados. Foto: FITIM



FOTO: CHRISTOPHE PRESS

CONSTRUÇÃO SINDICAL NA ÍNDIA

Nos estaleiros de desmanche de navios da Índia, milhares de trabalhadores que ganham menos de 1 dólar por dia e vivem sob as piores condições imagináveis, enfrentam riscos mortais à sua saúde.

Um sindicato local, com o apoio da Federação de Trabalhadores em Siderurgia, Metalurgia e Engenharia da Índia e da FITIM, começou a enfrentar o problema em 2003, fornecendo água potável, aconselhamento sobre segurança e capacitação e equipamentos de primeiros socorros. Os organizadores do projeto também explicaram aos trabalhadores seus direitos e encorajaram-nos a formar um sindicato.

Em 2006, o projeto passou a sindicalizar os estaleiros mais ao norte, em Alang. No começo de 2008, cerca de 250 trabalhadores organizaram uma greve sob a bandeira da Associação Geral de Trabalhadores na Reciclagem de Navios de Alang Sosiya, o sindicato estabelecido como resultado do projeto, após ficarem sabendo que seu patrão havia cortado salários arbitrariamente.

A greve de 24 horas teve êxito. O patrão se reuniu com dirigentes sindicais e aceitou voltar aos níveis salariais anteriores.

Para mais informações, visite: www.imfmetal.org/shipbreaking

Sindicalizando terceirizados na Indonésia

Sri Puji Lestari trabalha há 10 meses como terceirizada na PT Evox Riva, uma fábrica de eletrônicos na Indonésia. Ela mora num alojamento de propriedade da empresa e ganha 960.000 rupiahs (cerca de R\$170,00) por mês, o salário mínimo local.

A fábrica se localiza numa zona de processamento de exportação na ilha de Batam, onde muitas empresas transnacionais estabeleceram estruturas produtivas que empregam milhares de trabalhadores, em sua maioria mulheres. Há vários anos, começou o trabalho de sindicalização em Batam.

Sri Puji entrou para o sindicato Lomenik-SBSI um mês após começar a trabalhar na fábrica. “Eu me associei ao sindicato para obter proteção, então sempre que os trabalhadores têm alguma questão a resolver, há alguém para ajudar,” diz ela. “É reconfortante ter o sindicato, pois sei que existe gente que pode me ajudar.”

“Eu sei que temos o direito ao registro permanente após três anos. O sindicato está se esforçando bastante para garantir que os trabalhadores nessa situação sejam efetivados,” diz Sri Puji.

Quando indagada por que o trabalho permanente é importante, ela responde: “Para ter um futuro mais promissor.”

Para mais informações, visite: www.imfmetal.org/pw3



Sri Puji Lestari, trabalhadora terceirizada na Indonésia.
Foto: FITIM

Solução



Permanente

Por meio da sindicalização de trabalhadores precariamente empregados, sindicatos podem construir laços solidários entre eles e os trabalhadores regulares e deixar todos sob a abrangência de acordos coletivos.

Mas também funciona no sentido oposto: ao usar a negociação coletiva para protegê-los, sindicatos dão aos trabalhadores precariamente empregados uma razão para se associar.

A precarização afeta todos os trabalhadores, sejam eles precariamente empregados ou não. Se aos patrões for permitido usar contratos temporários quando as circunstâncias não o justificam, a segurança dos empregados permanentes é enfraquecida.

Ao negociar as circunstâncias em que o emprego não-permanente ou terceirizado se justifica, sindicatos podem se assegurar de que as condições serão acordadas. Acordos coletivos devem definir as razões para o emprego irregular e estabelecer limites claros.

Os acordos coletivos devem também garantir a igualdade de tratamento para todos os trabalhadores qualquer que seja seu status jurídico, tanto para protegê-los quanto para evitar que os empregadores usem salários e condições piores para minar o emprego formal. A meta deve ser garantir que trabalhadores precariamente empregados, inclusive de agências, gozem dos mesmos salários e benefícios que empregados regulares, assim retirando o incentivo que as empresas têm de usá-los como mão-de-obra barata.

Acordos devem insistir no emprego direto, e não indireto por meio de agências, o que permite aos empregadores se esquivar de suas responsabilidades,

passando-as para outras empresas não abrangidas por negociações coletivas. Empregados temporários devem também ter o direito de entrar para o quadro permanente uma vez alcançado o tempo-limite dos contratos temporários, se o seu trabalho ainda for necessário. Aos patrões não deve ser permitido usar truques como estender ou renovar contratos temporários continuamente sem nunca oferecer empregos permanentes.

POR O QUE LUTAMOS

A negociação coletiva deve garantir que os trabalhadores precariamente empregados sejam cobertos por:

- proteção de direitos sindicais
- procedimentos disciplinares e de demissão
- salário igual para trabalho semelhante
- não-discriminação e igualdade de oportunidades
- treinamento e capacitação

A conquista de acordos coletivos por ramo é o fator que oferece as melhores perspectivas para garantir a proteção dos trabalhadores precários.



No Reino Unido, a indústria, os sindicatos e o governo chegaram a um acordo segundo o qual os trabalhadores de agências terão a mesma remuneração e condições que empregados regulares após um período probatório de 12 semanas. Foto: John Harris / www.reportdigital.co.uk

IGUALANDO SALÁRIOS NA ARGENTINA

O sindicato AOMA da Argentina firmou um Acordo Marco Nacional para o setor de cimento, após uma campanha de sindicalização que levou organizadores sindicais a trabalhar sistematicamente em 15 plantas.

O sindicato afirmou: “Os organizadores enfrentaram a indústria, indo de fábrica em fábrica, falando da idéia de incluir empresas terceiras prestadoras de serviços no contrato permanente da empresa, inclusive o pessoal de limpeza e segurança.”

O acordo elimina a distinção entre categorias de trabalho “de primeira” e “de segunda”, e iguala os salários e benefícios para trabalhadores que fazem essencialmente o mesmo trabalho.

O resultado, diz o sindicato, foi que “os trabalhadores se sentiram protegidos pelo sindicato e então se interessaram em se filiar.” Além disso, devido ao fato de que o acordo abrange todo o setor, fica superado o problema de uma empresa se recusar a melhorar as condições para não perder competitividade.

“Trabalho Igual – Salário Igual” na Alemanha

Wilfried Rothe é um trabalhador temporário empregado pela agência Tuja na fábrica da Audi em Ingolstadt, Alemanha. Em 2007, Wilfried e outros trabalhadores temporários passaram a ganhar salários iguais aos trabalhadores permanentes por meio de um acordo coletivo entre seu sindicato, o IG Metall, e as agências de empregos temporários que atuam na planta.

O acordo significou que Wilfried recebe 50-60% acima da média para trabalhadores temporários no ramo metalúrgico.

Diz ele: “Eu já tinha trabalhado como temporário em outras fábricas. A melhor, inclusive em termos de remuneração, foi na Holanda. Antes de vir para a Audi, eu tinha dúvidas. Mas o que eu estou vivenciando aqui é muito legal. Eu ganho bem pelo meu trabalho e nós, trabalhadores temporários, somos muito bem recebidos pelos colegas.”

A Audi contratou trabalhadores temporários na fábrica de Ingolstadt pela primeira vez em 2001. Na ocasião, 500 trabalhadores foram levados pela Adecco e postos em alojamentos móveis feitos de contêineres. A primeira exigência coletiva dos trabalhadores temporários foi melhorar as condições de moradia. Em seguida, eles se tornaram sócios do sindicato de metalúrgicos IG Metall, com o apoio total dos trabalhadores permanentes.

Campanha Trabalho Igual – Salário Igual do IG Metall: www.gleicharbeit-gleichesgeld.de

Para mais informações, visite: www.imfmatal.org/pw4

Wilfried Rothe, trabalhador temporário na Audi. Foto: IG Metall



Reequilibrando as coisas

O trabalho precário é ruim para os trabalhadores — deveria haver leis contra ele. É por isso que os sindicatos estão lutando por direitos legais a trabalho estável e de qualidade.

A ONU sabe que temos razão — os princípios básicos do direito trabalhista internacional acordados em 1945 declaram que “o trabalho não é mercadoria”. Mas aqueles que empregam trabalhadores precários vêem o trabalho como apenas mais um custo, a ser comprado pelo preço mais baixo e descartado à vontade. E isto quer dizer que os trabalhadores são prejudicados.

Sindicatos estão tendo êxito em campanhas por mudanças nas leis em alguns países. No Canadá, foi adicionada à legislação trabalhista uma categoria nova chamada “trabalhador dependente” para estender proteção a trabalhadores fora da folha de pagamento regular.

Na Argentina, o Código Trabalhista na prática afirma que não faz diferença para os direitos dos trabalhadores se são fornecidos por uma agência, corretor ou qualquer outro “intermediário”. O verdadeiro empregador ainda assim é responsável. Essas proteções não teriam sido alcançadas sem sindicatos fortes usando o poder de seus sócios para garantir mudanças políticas.

Em outros países, sindicatos têm usado os tribunais com efeitos semelhantes. Na França, a Corte Suprema decidiu que trabalhadores supostamente autônomos atuando sob condições e preços estabelecidos por sua empresa-cliente têm a cobertura da legislação trabalhista.

Estes êxitos são encorajadores, mas há muito mais a fazer. As empresas devem ser legalmente obrigadas a oferecer condições iguais de emprego aos seus funcionários indiretos. Sindicatos europeus estão progredindo em suas demandas por leis pan-europeias sobre tratamento igual para trabalhadores de agências.

Em alguns países, as mudanças jurídicas necessárias são mais básicas. Por exemplo, em Bangladesh, o sistema de sindicatos por empresa não permite que um trabalhador de agência se associe ao sindicato que representa o colega que trabalha ao seu lado e é empregado diretamente.

Também é preciso fazer mais para garantir que as leis que protegem os trabalhadores sejam cumpridas adequadamente. Na Índia e na Coreia, há leis que limitam o uso de terceirizados para o trabalho central de produção. Mas isso não impede que empresas terceirizem partes da produção para fornecedores de mão-de-obra que empregam trabalhadores na mesma planta com salários mais baixos e condições piores. Campanhas por mudanças políticas e jurídicas são cruciais, e devem vir acompanhadas pela sindicalização de todos os trabalhadores para garantir que a lei seja aplicada.

Foto à esquerda: Cristián Cuevas Zambrano, lutando pelos direitos dos terceirizados no Chile.



UNINDO A TODOS PELA MUDANÇA NA AUSTRÁLIA

Em março de 2006, o governo conservador da Austrália aprovou novas leis trabalhistas que retiraram a maior parte dos limites ao trabalho precário conquistados pelos sindicatos ao longo de 100 anos.

Como resposta, o movimento sindical lançou a campanha 'Seus Direitos no Trabalho', para educar milhares de delegados e dirigentes sindicais, e em seguida a opinião pública, sobre a necessidade da organização sindical e da negociação coletiva para garantir o emprego estável e seguro.

A campanha ajudou a fazer da proteção dos trabalhadores um tema-chave na eleição de novembro de 2007. Entre as promessas do novo governo estava a retomada dos direitos dos trabalhadores. Em junho de 2008, foi anunciado um conjunto de novos padrões empregatícios que representam um passo à frente para consertar o estrago causado pelo governo anterior.

O sucesso dessa campanha dependeu da unidade, da comunicação eficaz, da ativação política dos filiados e dos apoios construídos na comunidade. Ficou provado que mesmo nas circunstâncias mais difíceis, quando se têm leis feitas para destruir o movimento sindical, a luta faz a diferença.

Campanha Seus Direitos no Trabalho da ACTU (central sindical australiana): www.rightsatwork.com.au

Para mais informações, visite: www.imfmetal.org/sr2-2008



Nova lei no Chile

Em janeiro de 2007, entrou em vigor no Chile uma lei de sub-contratações que oferece proteções legais para trabalhadores terceirizados.

Cristián Cuevas Zambrano, presidente da Confederação dos Trabalhadores do Cobre, diz: "Não foi o estado ou o governo, fomos nós trabalhadores que levantamos a questão e geramos o debate que levou à aprovação da lei de sub-contratações. Embora não estejamos totalmente satisfeitos, não fosse pela luta dos trabalhadores, seria mais difícil avançar nas áreas de benefícios sociais e da lei."

"Os trabalhadores agora têm uma opinião diferente, porque percebemos que ninguém sozinho seria capaz de mudar sua situação.

O modelo econômico se baseia em manter os sindicatos fracos, fragmentados e sem poder real de barganha. É inaceitável que os lucros das empresas sejam mantidos com base no emprego precário."

Segundo Cristián, no Chile o emprego precário "é social, econômico e cultural, e não apenas uma questão de remuneração. Por exemplo, um trabalhador terceirizado com a mesma função que um trabalhador registrado veste roupas de segurança diferentes." Cristián acrescenta que "leis são aprovadas no Chile, mas os legisladores não se preocupam com o seu cumprimento. A única maneira de corrigir a situação é pela organização e ação dos trabalhadores."

Para mais informações, visite: www.imfmetal.org/pw5

Unidade Global



O trabalho precário está aumentando mundo afora em todos os setores da indústria e dos serviços. Reverter a tendência e retomar o poder e a justiça para o povo trabalhador requerem campanhas sindicais e políticas unitárias em âmbito nacional e internacional.

A nossa unidade global deve também conectar os trabalhadores em todos os setores. As federações sindicais globais e a Confederação Sindical Internacional estão trabalhando conjuntamente para enfrentar a tendência ascendente do trabalho precário em âmbito internacional.

Entre as ferramentas que podem ser úteis na luta global contra o trabalho precário há o Acordo Marco Internacional que pode ser firmado com as empresas transnacionais. Esse tipo de acordo visa garantir o respeito a padrões trabalhistas mínimos em todas as unidades de uma transnacional e sua cadeia de fornecimento. Combinados com sindicalização e vigilância sindical, tais acordos podem mostrar aos patrões do que somos capazes quando agimos com unidade.

Na Organização Internacional do Trabalho, a Recomendação 198 foi adotada em 2006, propondo que os governos formulem e adotem políticas nacionais para evitar que empresas se esquivem de suas responsabilidades. Devemos pressionar todos os governos para que legislem no espírito desta recomendação acordada internacionalmente para oferecer maiores proteções aos trabalhadores.

E os nossos esforços nacionais e internacionais para influenciar as políticas e resultados da Organização Mundial do Comércio, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial devem promover uma globalização que põe os direitos trabalhistas, a justiça social e o emprego em primeiro e não em último lugar.

A formação de alianças mais amplas com entidades que compartilham nossas preocupações também é crucial. Muitos dos trabalhadores mais vulneráveis ainda não são sindicalizados e mobilizá-los é essencial para combater a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável e o emprego.

Não podemos permitir um futuro em que o poder e os lucros das grandes empresas se baseiem na destruição da nossa segurança e dos nossos direitos. O trabalho precário é problema de todos: com a força conjunta de todos os trabalhadores, nós podemos virar esse jogo.

Comércio, desenvolvimento e emprego

Acordos internacionais de comércio estão contribuindo diretamente para o aumento do trabalho precário por todo o mundo. Na Organização Mundial do Comércio, começaram em 2000 as negociações para um novo acordo comercial mundial entre os países-membros, conhecidas como a rodada Doha (a “rodada do desenvolvimento”).

Sindicatos, particularmente da Argentina, do Brasil, da África do Sul e da Índia, têm trabalhado juntos para que questões ligadas ao emprego e aos direitos dos trabalhadores sejam incluídas nessas conversações comerciais, garantindo que as ditas metas de desenvolvimento sejam alcançadas.

Rudi Dicks, coordenador de políticas para o mercado de trabalho da COSATU (Congress of South African Trade Unions, central sindical sul-africana), diz: “Esta deveria ser uma rodada de desenvolvimento. Não é. É uma rodada de liberalização comercial e é ruim para os trabalhadores.”

Hilda Sanchez, assessora da CSA (Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas), com sede no Brasil, diz: “Para que esta fosse uma rodada de desenvolvimento, ela precisaria colocar a questão do emprego no centro das negociações. E criar trabalho decente só pode significar criar empregos que reduzam as desigualdades em nossa sociedade.”

Quanto ao papel dos sindicatos, Rudi diz: “Quando sindicatos conduzem um diálogo social com governos, nós falamos não só sobre legislação trabalhista mas também sobre comércio, porque este tem um impacto real sobre os trabalhadores. E nossos sócios precisam saber o que acontecerá com seus empregos se houver uma liberalização das tarifas [do comércio internacional].”

Para mais informações, visite:
www.imfmetal.org/pw6



Protesto da FITIM no Brasil contra o trabalho precário; novembro de 2007. FOTO: FITIM

RECOMENDAÇÃO 198 DA OIT

A Organização Internacional do Trabalho, órgão da ONU por meio do qual governos, empregadores e sindicatos se comprometem a adotar padrões trabalhistas legais, acordou uma nova e importante política em 2006.

Para fechar brechas legais que encorajam o trabalho precário, tais como o emprego pseudo-autônomo, a OIT propõe que governos adotem políticas claras para diferenciar um vínculo empregatício de um contrato comercial.

Por exemplo, se um trabalhador tem uma relação de subordinação a alguém que controla o seu trabalho, especialmente se essa pessoa é sua única empregadora, então ele deve ser classificado como funcionário e não como prestador de serviço.

Os governos agora supostamente terão de rever suas leis para que elas se enquadrem na Recomendação 198, definindo critérios objetivos para se determinar a existência de uma “relação empregatícia”.

A OIT também aprovou uma resolução convocando todos os governos a consultar os sindicatos sobre como compatibilizar a legislação com a Recomendação 198. Então, os sindicatos devem pressionar os governos para que façam exatamente isso.

Você encontra a Recomendação 198 da OIT seguindo o link:
www.ilo.org/ilolex/



FITIM

54-bis, route des Acacias
Case Postale 1516
CH-1227 Genebra, Suíça
www.imfmetal.org



Federação Europeia dos Metalúrgicos

International Trade Union House (ITUH)
Boulevard du Roi Albert II, 5 (bte 10)
B-1210 Bruxelas, Bélgica
www.emf-fem.org



IL LAVORO PRECARIO Colpisce tutti OTRYGGT ARBETE berör oss alla LE TRAVAIL PRÉCAIRE nous concerne tous PREKÄRE ARBEIT betrifft uns alle НЕСТАНДАРТНАЯ ЗАНЯТОСТЬ касается каждого EL TRABAJO PRECARIO nos afecta a todos 不安定労働は我々全てに影響する